

SINTESE DO DIAGNÓSTICO

TERRITÓRIO DE PAZ – DAMÉ

BAGÉ

2010/2011

REALIZAÇÃO:



DIAGNÓSTICO LOCAL TERRITÓRIO DE PAZ - DAMÉ – BAGE

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este documento apresenta uma síntese do diagnóstico realizado no âmbito das atividades do projeto “Economia Solidária na Prevenção à Violência no RS” para as ações do Território de Paz do Damé que foi escolhido para execução do PRONASCI em Bagé. O diagnóstico foi realizado simultâneo as ações de mobilização comunitária e articulações com os organismos públicos do município, através de reuniões, conversas, informações prestadas pelos órgãos e diferentes pesquisas.

2. O MUNICÍPIO DE BAGÉ

Conhecida como “Rainha da Fronteira”, a cidade de Bagé foi fundada em 1846. Destaca-se pela criação de gado e de equinos e pela produção de carne, famosa internacionalmente. A região onde hoje Bagé se localiza foi cenário de eventos históricos importantíssimos, como a resistência dos índios charrua, comandados por Sepé Tiaraju, frente às coroas portuguesa e espanhola, em 1752; e a proclamação da República Rio-grandense pelo General Antônio de Souza Neto, após violenta batalha, em 1836.

Na virada do século XIX para o XX, Bagé apresentava considerável urbanização. Foi a primeira cidade do Rio Grande do Sul e terceira do Brasil (depois de Campos/RJ e Juiz de Fora/MG) a ter energia elétrica. Havia festas imponentes, corridas de cavalos, comércio desenvolvido, inclusive de importados. Com o passar dos anos, a situação se alterou um pouco, e hoje, toda a Metade Sul do estado, onde está Bagé, compõe uma das regiões de menor crescimento no país, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas.

O município de Bagé foi criado em 05/06/1846 (Lei nº. 65/1846), está localizado na Região Sul do Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul, na região da campanha do Estado. Localizada na fronteira com a República Oriental do Uruguai, Bagé dista 393 quilômetros de Porto Alegre e 513 quilômetros de Montevidéu e possui uma área de 4.096 Km². Sua conformação atual é produto do desmembramento de Candiota, Hulha Negra e Aceguá, que se tornaram municípios autônomos.

Tem como municípios limítrofes ao Norte Lavras do Sul e Caçapava do Sul, ao Sul Aceguá e a República Oriental do Uruguai, ao Leste Hulha Negra e Candiota e ao Oeste Dom Pedrito e República Oriental do Uruguai.

O município de Bagé possui uma população de 115.745 mil habitantes, conforme IBGE, distribuída em 75 bairros, apresentando uma taxa de urbanização de 83,90%. A população jovem (15 a 29 anos) é de 17%.

A expectativa de vida ao nascer no município é de 70,68 anos. Bagé, cidade eminentemente agropecuária, apresenta como sua atividade industrial predominante o beneficiamento de laticínios.

O número de imóveis urbanos é estimado em 36.000 unidades; o número de propriedades rurais é de 3.581 unidades, sendo a área média do módulo rural de 28 ha.

A Economia de Bagé esta vinculada, principalmente, a atividade rural na área de agricultura e pecuária. Há ainda, uma participação significativa da atividade de comércio seguida pela atividade industrial e pela prestação de serviços.

Em torno do Desenvolvimento Humano e Social, apresentamos dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE). Os dados do IDH são referentes ao ano de 2000, conforme a Fundação de Economia e Estatística: IDH-M = 0,802; IDH-Renda = 0,722; IDH-Longevidade = 0,786; IDH-Educação = 0,898. Os dados do IDESE são referentes ao ano de 2006, conforme a Fundação de Economia e Estatística: Educação = 0,870; Renda = 0,686; Saneamento = 0,715; Saúde = 0,826.

O paço Municipal tem como prefeito o Sr. Dudu Colombo (PT), e Vice-prefeito o Sr. Carlos Fico (PSB). A Prefeitura, conta entre coordenadorias e secretarias com 23 estruturas administrativas. Bagé, conta com 11 representantes do legislativo. Destes 06 vereadores são do partido do Prefeito.

A Prefeitura assinou convênio com a União para em conjunto implantar uma política alternativa de segurança pública, através do PRONASCI e da constituição do Sistema Único de Segurança Pública. Foi criado o Gabinete de Gestão Integrada Municipal - GGIM, através do Decreto Nº 159, de 23 de Julho de 2008, com a finalidade de executar as ações do PRONASCI. O GGIM terá a seguinte composição: Prefeito Municipal, Coordenador; Presidente da Câmara de Vereadores; General Comandante da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada; Delegado Regional de Polícia – 9ª Região Policial; Comandante do 6º RPMon.; Delegado Regional da 6ª Região Penitenciária; Delegado da Polícia Federal; Inspetor Chefe da 11ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal; Presidente da OAB – Subseção Bagé; Presidente do Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública – CONSEPRO; Presidente do

Conselho de Comunidade para Assistência aos Apenados; Presidente do Conselho de Segurança da Comunidade – CONSEG; Presidente do Conselho Tutelar. Poderão ainda integrar o GGIM, na condição de convidados, representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública. Através da Portaria N° 122, de 10 de Janeiro de 2012, o Prefeito Municipal altera parcialmente a Portaria N° 1531 de 14 de Agosto de 2008, no seu Art. 1º, agregando a entidade Guayú ao pleito do GGIM. Na cidade de Bagé também foi implantado em 2009, o PRONASCI ABIGEATO que era a única união entre Bagé e o PRONASCI.

O município de Bagé apresentou ao Ministério da Justiça, os seguintes projetos para execução do PRONASCI:

- Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal – O município convencionou o valor de R\$ 975.711,86.
- Mulheres da Paz – O município convencionou o valor de R\$ 240.808,38
- Formação do Núcleo de Justiça Comunitária – O município convencionou o valor de R\$ 362.384,40.
- Economia Solidária – O município convencionou o valor de R\$ 1.572.000,00

Para tratar do tema da prevenção a violência, o movimento social do município de Bagé, constituiu um Conselho de Segurança da Comunidade. Este conselho tem reuniões sistemáticas mensais, contando com a participação do poder público municipal e também das polícias.

Em relação ao sistema prisional, o município possuiu o Presídio Regional de Bagé, abrigando 226 presos em regime fechado. Anexo ao presídio está o albergue com 111 presos em regime semiaberto e aberto, dos quais 36 estão sem trabalho. O Conselho de Comunidade é atuante, o qual colaborou para a construção do anexo ao presídio. O município também conta com o Fórum do Poder Judiciário.

Quanto ao atendimento do Jovem em Privação de Liberdade, este encaminhado para a Unidade da FASE em Pelotas.

Com relação aos homicídios em Bagé, apresentamos um quadro com estes indicadores no período de 2006 a 2010, conforme informações da SSP/RS.

Indicadores Criminais Bagé - 2006 a 2010 (SSP)								
Indicadores	2006	2007	2008	2009	2010	Média 2006 - 2010	Média RS	%
Homicídio	14	10	10	11	7	10	1.583	0,66%
Furtos	2.236	2.401	2.637	2.552	2.275	2.420	205.568	1,18%
Furto de veículo	68	76	76	89	76	77	16.792	0,46%
Roubos	168	196	261	352	305	256	59.232	0,43%
Latrocínio	0	0	0	0	1	0	96	0,21%
Roubo de veículo	8	3	6	8	6	6	13.351	0,05%
Total	2.494	2.686	2.990	3.012	2.670	2770,4	296.622	0,93%
População (IBGE)					116.792	116792	10.695.532	1,09%

3. O TERRITÓRIO DE PAZ - DAMÉ

A Vila Damé é uma das maiores comunidades do município, possui aproximadamente cerca de 1.250 famílias e 4.000 moradores. Estima-se que a Vila Damé tenha mais de 100 anos de existência. Seu nome, Damé, que também poderia ser conhecida por Bairro Visconde de Mauá, tem origem em uma fazenda que existiu no território. Os primeiros habitantes do local moravam em pequenos sítios, sem infraestrutura básica, ou seja: água, luz e mesmo comércios locais próximos. Como referencia laboral e econômica, os primeiros moradores do local, tinham o trabalho na produção de tijolos e coleta de lenha e madeira para os fornos das Olarias. Outra atividade econômica ligada ao setor primário eram as ferrarias e os trabalhos de alambrador nas fazendas próximas. Por motivos caracteristicamente culturais os moradores da localidade, mantiveram o costume de criar animais, cachorros, suínos, equinos, ovinos e aves. A criação de equinos propicia o trabalho com frete, uma fonte alternativa de renda as famílias. Também é notável a presença de catadores de resíduos sólidos em todo o território.

A comunidade conta com uma escola Estadual, um posto de saúde inaugurado em 21/06/2004 e uma Casa da Família/Cras. Embora encontrando alguma melhora na coleta do lixo, o saneamento básico é extremamente deficiente, as ruas não possuem calçamento, ainda são de chão batido e algumas ainda em processo de abertura. Muitas casas encontram-se em condições precárias e não adequadas as necessidades das famílias, ou seja sem banheiro e dormitórios para todos. O comércio limita-se aos gêneros alimentícios básicos praticamente; não existem supermercados, lojas, farmácias. O correio não disponibiliza serviços na comunidade. O transporte coletivo, embora tenha melhorado, ainda não atende adequadamente a comunidade, atrasa nos horários diurnos e é insuficiente à noite. O correio não disponibiliza serviços na comunidade. A comunidade sente muita falta de um local para reuniões, eventos festivos e praça ou espaço de convívio coletivo (para uso, de crianças,

jovens e idosos). A Associação de Moradores também procura fortalecer os laços comunitários entre as pessoas. Também há uma igreja (Nossa Senhora de Guadalupe, comunidade Católica), onde funciona a horta comunitária, atualmente desativada. Não existe creche na comunidade e a escola estadual é de instrução primária, e atualmente funciona de segunda a sexta-feira. A rede de proteção básica na comunidade não é integrada e tem foco na atenção de suas metas específicas, embora tenhamos encontrado na comunidade agentes do PIM e Agentes de Saúde com relacionamento e vínculo social. O CRAS pode e deve integrar-se mais na comunidade com a população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza extrema. Público este, com vínculos afetivos fragilizados e com carência no que diz respeito ao pertencimento social.

A média de renda das famílias, não chega a um salário mínimo. Na sua grande maioria, vivem na informalidade. Outro elemento importante é o baixo índice de escolaridade e grau elevado de vulnerabilidade social, baixa atenção básica de alimentação, moradia, e atendimento de saúde. É importante a constatação de que as famílias são grandes, filhos e filhas de pais diferentes e na maioria ausentes, o que não caracteriza um convívio adequado. Como bem registra o relatório do Cras no território: “percebe-se ainda neste contexto que os papéis de pai, mãe e filhos aparecem confusos, onde muitas vezes os filhos acabam exercendo precocemente uma função no núcleo familiar que não corresponde a sua real estrutura emocional. Onde vários adolescentes deixam de ir a escola para cuidarem dos irmãos menores e das atividades domésticas. Por fim, a violência familiar demonstra fragilização dos valores humanos, onde os vínculos afetivos são vivenciados com agressividade.

Trinta e quatro jovens participaram do projeto “Economia Solidária na Prevenção da Violência no RS”. Onze deles integrarão a padaria comunitária, que vem sendo construída. Os demais serão incluídos num dos cinco empreendimentos solidários que compõem o Km 21.

O Projeto Economia Solidária na Prevenção à Violência, desenvolveu ações de identificação e parceria com o CRAS- Coordenação regional de Assistência Social e PIM – Primeira Infância Melhor; evento comunitário para divulgação do projeto; mapeamento dos jovens em área de risco e vulnerabilidade Social; inclusão das mulheres do território no projeto Mulheres da Paz; reunião de planejamento da Associação de Moradores; O Cine Damé que estreou em julho de 2011, com a proposta de contribuir para o oferecimento de lazer, integração e reflexão para a comunidade e a pesquisa para identificar o mercado socialmente orientado. Ficou ainda para ser realizadas, oficinas de formação do projeto,

inclusão de parte dos jovens no projeto km 21.

A seguir relacionamos algumas observações que achamos importante para o desenvolvimento da comunidade:

- Que o empreendimento dos jovens, possa dialogar com as possibilidades do mercado socialmente orientado, ou seja, as compras públicas efetuadas pela Prefeitura de Bagé no Município. Ex: Merenda escolar, confecção e outros.

- A existência de um fórum ou conselho local da rede de proteção básica, trabalhando seu aprimoramento no que diz respeito a integração das ações: Cras, PIM, Agentes de Saúde, Conselho Tutelar, etc.

- A implantação de uma EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil. A inexistência da EMEI dificulta consideravelmente a possibilidade de trabalho e qualificação por parte das mulheres da comunidade e a implantação desta é identificada pela equipe do projeto enquanto a primeira na ordem dos serviços públicos fundamentais para o desenvolvimento do Território.

- Política habitacional e saneamento em loco no território.

- Políticas específicas para a pessoa idosa. Estes cidadãos na comunidade em maior ou menor grau encontram dificuldades para produção, por várias necessidades específicas, tais como: moradia, alimentação, saúde e afeição familiar.

É fundamental o registro afirmando que as ações desenvolvidas dentro do território somente foram possíveis, por conta de parceria e envolvimento da Prefeitura Municipal de Bagé, por intermédio das Secretarias de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Secretaria Municipal de Saúde e Gabinete de Relações Comunitárias. É necessário lembrar que não contamos com outros recursos e possibilidades no território de paz, além das ações e recursos originários do PRONASCI através do Projeto Economia Solidária na Prevenção a Violência, GUAYI/SENAES/TEM e PRONASCI/MJ e Prefeitura Municipal de Bagé.